

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE**

-----Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Provedor Municipal;-----

-----2. Discussão do Desenvolvimento Económico do Concelho;-----

-----3. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

-----4. Autorização para a celebração de Acordos de Execução (Delegação Legal de Competências) nas Juntas de Freguesias, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----5. Autorização para a celebração do contrato interadministrativos de delegação de competências na Junta de Freguesia do Juncal para gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----6. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Alfredo Martins Correia (CDU – Falta Injustificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rita Cerejo, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a referir que entrou na mesa uma deliberação da Assembleia de freguesia de Juncal sobre o projeto de uma pedreira denominada Vale Painho, dizendo que daria depois a palavra ao senhor Presidente daquela Junta de Freguesia para se pronunciar sobre este assunto.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### -----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com cinco abstenções**.-----

### -----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

### -----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

### -----José Gabriel Pires Vala (PSD):-----

-----Usando da palavra disse que na sessão de 21 de fevereiro último foi aqui discutida a situação da praia jurássica de S. Bento – a cronologia dos factos e a apresentação do projeto de resolução na Assembleia da República, que versava três pontos essenciais: criação da comissão de acompanhamento da jazida, que envolvia as autarquias, o estado e os entes académicos e científicos; o desenvolvimento de um projeto integrado de conservação e valorização do parque e a ponderação da classificação da praia jurássica como monumento natural. Disse depois que veio a público nos últimos dias uma informação do ICN no sentido de que estaria para breve a versão final do projeto de valorização e requalificação do espaço, estando previsto para o segundo semestre deste ano, assim como a fonte de financiamento para o mesmo. Gostaria de saber por parte da Câmara, se existe mais alguma informação complementar sobre este assunto, perguntando se a comissão de acompanhamento foi criada ou não conforme havia sido referido e se o senhor Presidente da Câmara acredita mesmo e se tem desenvolvido todos os esforços para que a praia jurássica de S. Bento seja uma realidade, valorizando assim o património e a oferta turística da região.-----

-----Disse ainda que queria deixar um alerta que tem a ver com o mau estado em que se encontra o pavimento da Rua Barão, que sendo uma das principais vias de acesso ao castelo, merece uma rápida intervenção.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes dizendo seguidamente que a sua intervenção consiste em duas questões que se subdividem. De acordo com dados estatísticos, em Porto de Mós existem cerca de cinco mil pessoas com mais de 65 anos. Foi divulgado na comunicação social e esclarecido aqui na Assembleia Municipal que estava a ser elaborado um diagnóstico social por alunos do IPL sobre a população portomosense com mais de 65 anos para aferir das suas necessidades e dificuldades bem como para saber qual o número de idosos que vivem isolados. Perguntou se esse diagnóstico já está finalizado e em caso afirmativo, qual o resultado. Em caso negativo, qual a previsão de finalização.-----

-----Continuou depois dizendo que no passado dia 17 de dezembro, entrou em vigor o regulamento municipal para atribuição de medicamentos aos seniores. Decorridos mais de seis meses, gostaria de ter a noção exata de quantas pessoas já se candidataram para beneficiar da atribuição de medicamentos, quantas pessoas já foram apoiadas nessas candidaturas e qual o valor global do apoio dado pela Câmara a esses candidatos. Sem revelar nomes, gostaria de ter a noção de quais as freguesias que apresentam mais candidaturas.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que a sua intervenção se prende com a entrada em vigor no próximo dia 1 de setembro da Lei 62/2013 e do Decreto Lei que a regulamenta, que no fundo irá extinguir a comarca de Porto de Mós e que vai reorganizar a competência dos tribunais em todo o país, com reflexos muito importantes para a área do concelho de Porto de Mós e da Batalha. Na prática, o tribunal de Porto de Mós não fecha mas fica reduzido a cinzas, disse, usando as palavras da bastonária da Ordem dos Advogados esta semana. Ficará com duas pequenas instâncias, uma cível e outra criminal, sendo que tudo o que é matéria comercial, nomeadamente insolvências e execuções e tudo o que tem a ver com família e menores sairá de Porto de Mós. Disse depois que todos os concelhos que são afetados, têm vindo a ter um papel ativo na luta e na reivindicação pela manutenção das competências dos tribunais dizendo querer saber, dados os reflexos que esse facto irá ter no concelho, se a Câmara tem sido abordada, nomeadamente pela Associação Nacional de Municípios ou pela Ordem dos Advogados para ter um papel ativo nessa luta pela manutenção das competências do tribunal de Porto de Mós e qual o posicionamento da Câmara relativamente a isso, porque a Comarca de Porto de Mós dá visibilidade ao concelho sendo que o tribunal de Porto de Mós é um órgão de soberania que vai para além dos limites do concelho porque abrange os concelhos de Porto de Mós e da Batalha.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enaltecer aquilo que foram as comemorações do 25 de Abril dada a relevância que essa data assume na história recente do país, devendo os valores de abril ser evocados todos os anos. Disse depois que queria deixar aqui uma nota negativa pela ausência do senhor Presidente da Câmara nestas comemorações. Se essa ausência fosse motivada por motivos de saúde ou por força de uma viagem institucional percebia-se mas tratando-se de uma viagem particular e pessoal, torna-se mais difícil perceber. Não lhe parece bem, que nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, tendo apostado, e bem, a Assembleia Municipal e a Câmara em realizar umas comemorações condignas desta data, a autarquia não esteja representada pelo senhor Presidente da Câmara.-----

-----Continuou depois dizendo que, leu na comunicação social que o problema dos "ventos" do Alqueidão da Serra tinha tido um desfecho jurídico. Disse ainda que sempre achou que este problema é um pouco como a questão das pedreiras na serra. São bens naturais, mas que devem ser motivo de criação de riqueza, de desenvolvimento do concelho e não fonte de problemas judiciais. Na sua perspetiva, nunca foi um problema jurídico, mas um problema de redistribuição daquilo que é o orçamento municipal de um justo equilíbrio entre as várias juntas de freguesia.-----

-----Congratulou-se depois com o facto de o pavilhão desportivo das pedreiras ir ser concluído, principalmente agora que tem uma escola ao lado. Disse ainda que o que não percebeu foi o facto de, na reunião de Câmara onde isso foi aprovado, o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vice Presidente se terem irritado tanto.-----

-----Deixou depois uma nota sobre o polidesportivo de Alqueidão da Serra, perguntando como é que se faz um tão grande investimento e 8 ou 9 anos depois o pavilhão está completamente abandonado, sem servir a população não se fazendo uma intervenção de maneira a devolver aquele equipamento à população e a tirar proveito de um investimento de 200 ou 300 mil euros. Mais de 8 anos é tempo suficiente para devolver aquele espaço à população, como bem afirmou o senhor Presidente da Câmara a um jornal.-----

-----Outra questão que passou a focar diz respeito à Casa dos Calados. Disse ter lido declarações do senhor Vereador Rui Marto e depois corroboradas pelo senhor Presidente da Câmara, que está em fase de construção um mini parque verde no Juncal, não sabendo ainda o destino que vai ter a restante infraestrutura. Continuou dizendo que a Casa dos Calados foi adquirida há mais de 15 anos continuando sem existir um projeto integrado que contemple aquele imóvel. -----

-----Terminou dizendo que gostaria de dar os parabéns à senhora vereadora da Educação pelo êxito alcançado com a semana da educação, estendendo os cumprimentos à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria/Alvados bem como à respetiva população pela forma como souberam acolher todos os presentes.-----

-----**Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados:**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que a sua intervenção vai no sentido do que o anterior interveniente disse, e estando a senhora Vereadora da Educação ausente, gostaria que lhe fosse transmitido em seu nome pessoal e enquanto representante da União das freguesias de Alcaria e Alvados os seus agradecimentos pela forma como a semana da educação decorreu naquela freguesia.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu que apenas queria deixar três notas: referiu que quando se vai da Tremoceira para S. Jorge existe uma entrada para a zona industrial, não havendo no entanto nenhuma placa identificativa e dizendo achar que se devia fazer, em primeiro lugar para identificar o local e em segundo lugar para que, quem passe por aquela zona saber que Porto de Mós tem um parque industrial. Disse depois que queria solidarizar-se com Joaquim Santiago relativamente às várias intervenções que o mesmo aqui tem feito relativamente à estrada da Boieira, encontrando-se o pavimento num estado lastimoso. Terminando, passou a abordar um assunto que tem vindo na comunicação social sobre a intenção de encerramento das escolas primárias de Alcaria, Corredoura e Cumeira de Cima. Esta noticia criou um certo alarmismo em certas zonas dizendo que quer deixar vincada a sua posição de que a Câmara deve lutar para impedir que isso aconteça. Referindo-se concretamente à escola da Cumeira referiu que há 5 ou 6 anos ali foi feito um forte investimento, tratando-se de uma escola com ótimas condições, com acesso ao pavilhão desportivo que lhe fica por detrás e com excelentes acessibilidades. Quanto ao número de alunos, referiu que se prevê para o próximo ano, na escola primária uma turma de mais de 21 crianças. No que toca à pré-primária, fez notar que várias crianças de fora do concelho ali entrarão, nomeadamente da Cumeira de Baixo e de Casais de Santa Teresa.-----

-----Chamou ainda a atenção para a necessidade de revisão da Carta Educativa que deveria sê-lo de 5 em 5 anos salientando a importância que esse instrumento poderá ter nesse tipo de decisões.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (JAS) – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra:**-----

-----Começou por dizer que queria começar por enaltecer o plano de sinalização que foi efetuado pela Câmara Municipal em Porto de Mós, pedindo que fosse também revista toda a sinalética de Alqueidão da Serra, dizendo haver dois planos aprovados pelo município, um deles de 26.04.2012 e outro de 15.11.2012, que até hoje não foram executados, pois toda a sinalização existente nesta freguesia se encontra em muito mau estado.-----

-----Passou depois a referir que aquando da ligação da água na zona dos Casais dos Vales, Covões de Oles, foi feito um depósito de água que a leva até à zona da Carreirancha mais ou menos em direção à estrada romana. Havia aí um caminho que faz parte de um percurso pedestre

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devidamente assinalado. A estrada foi mexida para passar uma conduta, tendo ficado num estado lastimável. Tem tido muitas solicitações de pessoas que querem aceder aos terrenos, principalmente nesta fase em que são obrigados a proceder à sua limpeza, não o conseguindo fazer dado o estado do caminho.-----

-----Continuou dizendo que a sede da sua freguesia é recente, mas que foi implantada num terreno que é propriedade do município, não podendo assim regularizar a situação do edifício, perguntando, enquanto Presidente da Junta de Freguesia qual a sensibilidade do executivo municipal na resolução deste problema.-----

-----Referindo-se depois ao pavilhão polidesportivo de Alqueidão da Serra, disse estar a tornar-se um local de maus vícios solicitando que se colocasse uma cancela impedindo assim a passagem de veículos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara disse que passaria a ler o ofício que lhe foi dirigido e que chegou à mesa através do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, que a seguir se transcreve, e que tem a ver com o projeto da Pedreira Vale Painho:-----

-----*“A Assembleia de freguesia do Juncal, em sua reunião ordinária de 18 de Junho de 2014, tomou conhecimento do anúncio da CCDRC relativo a consulta pública sobre avaliação de impacte ambiental e aprovou a moção que a seguir se transcreve: -----*

-----*Veio ao conhecimento desta Assembleia, através do Jornal O Portomosense de 12.06.2014 um anúncio de consulta pública inserido na página 22 sobre avaliação de impacte ambiental para licenciamento da pedreira Vale Painho, requerida por Cerâmica Condestável, Lda. Este pedido de licenciamento foi por unanimidade considerado uma grave afronta à dignidade do povo do Juncal, porquanto a ser aprovado este projeto, as enormes e abruptas ravinas bem como crateras muito profundas que desfiguram o solo e a paisagem vão proliferar de forma exponencial.-----*

-----*Contudo a Assembleia de Freguesia de Juncal encara este pedido de licenciamento com muita apreensão, já que as linhas de água a jusante dos locais onde a empresa labora (e temos duvidas com que licença é que a empresa trabalha, uma vez que em tempos o pedido de licenciamento de laboração foi rejeitado) estão a ficar cada vez mais atulhados de pedras e calhaus, areias e lamas condicionando assim, muito significativamente, a utilização agrícola dos terrenos circundantes pelos seus proprietários. A aprovação do projeto de exploração da pedreira Vale Painho constitui um crime grave quer em termos paisagísticos quer em termos ambientais sendo um atentado a todos os Portomosenses em geral e aos Juncalenses em particular pelos elevados prejuízos de que vão ser vítimas, pelo que o licenciamento deve ser liminarmente rejeitado, de forma veemente e enérgica em nome da legalidade democrática.-----*

-----*A Assembleia de Freguesia decidiu por unanimidade enviar a presente moção a V. Ex<sup>o</sup>. e*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitar o seu apoio solidário para evitar este licenciamento.-----

-----Com os melhores cumprimentos (O Presidente da Assembleia de Freguesia, Joaquim Salazar da Silva Marinho).-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Passou a referir a questão do mapa judiciário dizendo que Porto de Mós está sensivelmente a 50 km do local para onde se deslocalizará boa parte da sindicância deste concelho e o facto de se ficar aqui, basicamente com uma secretaria judicial e não com um tribunal judicial. Disse depois das graves consequências que isso acarretaria para o concelho dado que Porto de Mós vive muito dos serviços e que uma família do extremo sul do concelho, por exemplo, terá que fazer cento e muitos quilómetros para Pombal, sem transportes públicos e sem meios de locomoção. Disse ainda não acreditar que esta reforma se mantenha assim, inalterada muito tempo, mas gostaria que, tanto a Câmara Municipal, como a Assembleia pudessem aprovar as iniciativas que fossem necessárias em articulação com as demais entidades, para reverter esta situação. Por outro lado, gostaria de pôr à consideração o que tem vindo a ser dito sobre uma associação importantíssima do concelho - Associação Desportiva Portomosense – que segundo notícias que vieram a público terá entrado num processo de engenharia financeira, acumulando dívidas e tendo agora aprovado a constituição de uma SAD. Embora se trate de uma entidade de direito privado mas com interesse público reconhecido e que tem merecido da parte da Câmara fortíssimo apoio perguntou se o senhor Presidente da Câmara pensa, de alguma forma, inteirar-se desta situação dado que se está na eminência de se poder ficar sem uma associação que dá ocupação a umas largas centenas de pessoas, especialmente jovens.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes depois de cumprimentar todos os presentes.-----

-----A **José Gabriel Vala** disse que a questão da praia jurássica seria respondida pelo senhor Vereador Rui Marto que tem acompanhado de perto todo este processo. Respondendo depois à questão da Rua Barão, dizendo que conhece a situação mas que as obras que têm que ser realizadas não se colocam apenas ao nível da pavimentação havendo necessidade de ali intervir de modo mais profundo, no seguimento do que tem vindo a ser feito noutras partes da vila de Porto de Mós. Assim, disse, esse é um projeto que aparecerá rapidamente dado que o levantamento topográfico já está feito. -----

-----A **Olga Silvestre** disse ter pena que a senhora vereadora do pelouro não esteja presente aqui nesta Assembleia, pois poderia dar uma explicação mais exata às questões que colocou, mas esta encontra-se em representação da Câmara num evento que se está a desenrolar no Castelo –

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentação do Torneio Júlio Viegas. Sobre a atribuição de medicamentos, disse que o regulamento foi publicado há pouco tempo e que ainda se está em fase de divulgação, e tanto quanto sabe não houve ainda que tivesse recorrido a esse apoio.-----

-----Sobre o mapa judiciário disse que a questão aqui levantada por **Luís Monteiro** e que depois foi corroborada por **Mário Cruz**, merecem também a sua concordância as considerações que aqui foram formuladas. Disse depois que recebeu uma carta da Ordem dos Advogados da região centro e que tendo falado com a senhora vereadora Anabela Martins, a incumbiu, conjuntamente com a senhora vereadora Rita Cerejo, ambas juristas de formação, de elaborar uma moção para que fosse presente a reunião de Câmara. Disse ainda que para si faz todo o sentido que esta Assembleia também se manifeste contra este estado de coisas, podendo essa iniciativa partir dos deputados municipais que são juristas de formação, de forma a ser feita chegar aos órgãos competentes.-----

-----Quanto à intervenção de **Júlio Vieira** lembrou que este enalteceu as comemorações do 25 de Abril, dizendo concordar com ele. Quanto à sua ausência nessas comemorações, disse que comemorou o 25 de Abril do modo mais digno de sempre, nestes últimos 40 anos. Não obstante não estar presente no concelho, esteve condignamente representado na pessoa do senhor Vice-Presidente, seu representante legal. Disse depois que foi convidado por uma associação – Associação João XXIII – que está a fazer um trabalho notável na Guiné, ao nível da educação, da saúde, do apoio social. Foi pois com essas pessoas, o povo guineense, que vive situações verdadeiramente dramáticas, que teve oportunidade de comemorar o 25 de Abril, procurando contribuir para minorar as carências desse povo.-----

-----Quanto à questão da ação judicial que aqui referiu, sobre o parque eólico em Alqueidão da Serra, disse que para si a situação sempre foi clara, porque aquilo que foi assinado na altura nunca levantou grandes dúvidas quanto à expressão que lá se encontrava – autarquia. A partir do momento em que essa dúvida se levantou, disse ser importante que esse esclarecimento fosse feito pelo tribunal, o que aconteceu. -----

-----Quanto ao pavilhão desportivo de Pedreiras, disse que se ele não existisse o Centro Escolar não poderia ser construído dado que este pressupõe sempre um espaço desportivo anexo, e que esta foi a oportunidade de o Clube Desportivo das Pedreiras concluir aquele equipamento, sendo que este dará apoio ao Centro Escolar e será também utilizado pela população daquela freguesia.-

-----Disse ainda que este interveniente levantou aqui a questão do desaguisado que houve entre ele e o senhor Vice Presidente, referindo ser natural que ambos manifestem a sua opinião e quando não estão de acordo, dizem-no claramente, havendo entre ambos esse à-vontade,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estando a questão perfeitamente sanada e encerrada.-----

-----Quanto ao espaço verde do Juncal, disse que foi feito um concurso que ficou deserto, tendo adjudicado um pequeno desaterro para que aquela zona fique plana de modo a servir as Festas do Juncal, uma vez que o Salão Paroquial está em obras. O processo de adjudicação será reformulado, sendo que a Casa Calado será destinada à sede da Junta de Freguesia de Juncal. Disse ainda que foi feito um grande investimento na Casa Calado sendo a sua cobertura integralmente nova. Congratulou-se com o êxito que foi a semana da educação, partilhando essa satisfação com a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvados/Alcaria e estendendo esse voto à população daquela freguesia pelo empenho que puseram naquele evento.-----

-----A **Luís Almeida** disse quanto à sinalização da Zona Industrial, que o cruzamento ainda não está concluído. Quanto à estrada da Boieira, disse que já pediu aos serviços que apresentasse uma proposta no sentido de proibir a passagem de camiões de grande tonelagem, o que implica alterar a sinalização em duas estradas nacionais, razão pela qual isso ainda não foi feito.-----

-----Referiu-se depois à questão do encerramento das escolas no concelho de Porto de Mós, sendo que havia três escolas no concelho sinalizadas pelo Ministério da Educação, para encerrar – Alvados, Corredoura e Cumeira. Disse ainda que está convencido que a escola da Cumeira não encerrará, atendendo ao número de alunos que tem. No que se refere a Alvados disse que número de alunos está muito abaixo dos rácios exigidos, pelo que a mesma deverá mesmo fechar.-----

-----Quanto à Carta Educativa disse que a mesma será revista, até porque se trata de um instrumento importante em termos de PDM, que está numa fase muito adiantada.-----

-----A Filipe Batista, disse quanto à sinalização que foi efetuada em Porto de Mós, que a mesma foi fruto de uma candidatura que foi aprovada, dado que essa sinalização é muito cara, sendo incomportável uma sinalização daquele nível em todas as freguesias. No que se refere ao caminho por onde passou a conduta, disse que a mesma não era uma estrada mas sim um carreiro, pelo que o empreiteiro não assume a responsabilidade de fazer a sua reposição, sendo que a situação terá que ser resolvida pela Câmara em colaboração com a Junta de Freguesia. Quanto ao edifício da sede da Junta de Freguesia, disse que terá que haver um destaque do terreno para que se possa por em nome da Junta, referindo que concorda e que o processo está a ser finalizado pelo gabinete de notariado da Câmara Municipal. Quanto ao parque desportivo, disse que o mesmo foi feito, foi participado, não se lhe tendo dado depois o devido seguimento, tendo-se degradado a obra, sendo urgente que a mesma se conclua rapidamente, havendo acordo com a Junta de Freguesia no sentido de esta tomar conta daquele espaço. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, disse que a questão que foi aqui apresentada sobre a pedreira, é para si muito preocupante, havendo manifestações da população relativamente ao ruído que ali é produzido durante a noite, às poeiras existentes durante o verão e à lama no inverno, não tendo a Câmara competência para a encerrar. No que se refere ao pedido de licenciamento, a Câmara será contra a legalização da pedreira.-----

-----Quanto à questão do mapa judiciário, disse que esta Assembleia se devia manifestar através da aprovação de uma moção. Quanto à ADP, disse que desconhece a situação aqui referida. No entanto, disse, que se assim é fica preocupado que irá procurar inteirar-se da situação, porque se trata de uma instituição muito importante para o concelho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu depois a palavra ao senhor Vereador Rui Marto para responder à questão sobre a Praia Jurássica, tendo este confirmado a constituição de uma comissão que reuniu na sede do Parque Natural em Rio Maior, estando presentes a Câmara Municipal, representada por ele próprio, a Junta de Freguesia, 3 Universidades, o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia. Nessa reunião houve o pedido de associação da Câmara Municipal ao projeto de valorização daquele espaço e foi ainda apresentado um ante projeto que prevê a retirada de mais alguns fosséis, prevê a criação de um pequeno espaço de apoio, alguns muros de proteção e uma nova zona de escavação.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----  
-----Referindo-se ainda ao Parque Eólico de Alqueidão da Serra, disse que a parte do contrato que estava assinada pelo senhor José Catarino, anterior Presidente daquela Junta de Freguesia, não tinha qualquer problema e que a situação que esteve sempre em causa era a situação adicional dos 2.5%.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que estava em causa o protocolo que foi assinado com o senhor Fernando Sarmento, sendo aí que se levantaram as dúvidas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra referiu-se à questão do mapa judiciário, propondo depois o senhor Presidente da Câmara que os deputados municipais com formação na área do direito se juntassem com as duas vereadoras com igual formação de forma a elaborarem uma moção de protesto relativamente à questão da perda de competências do Tribunal de Porto de Mós. Foi posta a votação a presente proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à questão do projeto da Pedreira Vale Painho, o senhor Presidente da Assembleia referiu que iria seguir atentamente este assunto, sendo que a Câmara irá junto de quem tem a competência para encerrar esta exploração desenvolver as diligências necessárias para que isso aconteça.-----

### ----- **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, foi perguntado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal se alguém queria intervir, o que não aconteceu.-----

### ----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

#### ----- **1. Eleição do Provedor Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a usar da palavra para comunicar a todos os presentes que o senhor Artur Vieira, eleito Provedor Municipal na passada sessão de abril, veio informar que não tem condições de assumir o cargo, conforme comunicação que passou a ler.-----

-----Disse depois que assim que teve conhecimento desta intenção, contactou os grupos municipais, tendo estes chegado a acordo sobre o nome a indicar, passando a ler a seguinte proposta que chegou à mesa e que está subscrita por todos, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Em virtude da recusa do anterior eleito Artur Vieira para o cargo de Provedor Municipal, vêm os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS/PP, propor para o cargo acima mencionado o cidadão Carlos Alberto Rosa Vieira.”-----

-----Posta que foi a presente proposta posta a votação foi a mesma aprovada por maioria com uma abstenção.-----

#### ----- **António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que apenas queria referir muito rapidamente que se está perante dois homens bons do concelho, com uma intervenção cívica transversal no concelho.-----

#### ----- **Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----No uso da palavra disse que apenas queria reforçar as palavras do senhor Presidente da Assembleia e de António José Teixeira, e de que este foi um problema que foi resolvido de forma correta, sendo um exemplo que pode ficar para o futuro. Quando há abertura e respeito entre as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peças é possível chegar-se a uma situação de consenso, independentemente das filiações das pessoas ou da sua origem política. Referiu ainda que se trata de um homem que durante muitos anos foi dedicado à causa pública e que, quando contactado, aceitou com muito gosto.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**, pediu a palavra para referir ainda a questão do mapa judiciário, dizendo que, dado que a Comarca de Porto de Mós engloba também o município da Batalha, politicamente teria muito mais peso haver uma posição concertada entre os dois municípios.-----

-----Seguidamente procedeu-se à votação por escrutínio secreto destinada à eleição do provedor Municipal, tendo sido eleito **Carlos Alberto Rosa Vieira por maioria com 27 (vinte e sete) votos a favor e 1 (um) voto branco**.-----

### -----**2. Discussão do Desenvolvimento Económico do Concelho:**-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que não há terra, seja ela aldeia, vila ou cidade que tenha futuro sem desenvolvimento económico. Só o desenvolvimento económico é que permite gerar riqueza, fixar pessoas, dar-lhe vida. Passou depois a referir a regressão de que o concelho tem sido objeto nos últimos anos, com o encerramento de grande parte das empresas que aqui laboravam. Continuou dizendo que se não se conseguir reverter este estado de coisas haverá muita dificuldade em fixar as pessoas mais novas. Disse depois que existe aqui muito o hábito de se confundirem duas realidades: uma é o plano do desenvolvimento económico do concelho, das pessoas, das empresas e outro é, as boas contas da Câmara, que são inquestionáveis, agora, como outrora. Passou depois a dar nota da evolução económica durante os últimos dez anos, com recurso a indicadores como o desemprego, as exportações e importações e outros, fazendo uma análise comparada com os concelhos limítrofes. Visto o que foi a realidade do concelho nos últimos dez anos e a evolução sofrida em termos socioeconómicos, e que é preocupante, importa olhar para esses dados e perceber que algo tem de ser feito. Passou a dar o exemplo de Pombal cujo Presidente da Câmara referiu que iria criar uma incubadora de empresas e um centro de negócios em parceria com a associação de desenvolvimento vai fazer a gestão dos parques industriais em matéria de divulgação e ainda as iniciativas desenvolvidas pelo NERLEI de forma a captar investimento. Continuou dizendo que as Câmaras Municipais devem ser hoje o principal motor de desenvolvimento do seu espaço territorial, captando investimento e criando condições para que o investimento fique nas empresas do concelho. Perante este cenário, disse que gostaria de propor para discussão, algumas propostas, como por exemplo, oferecer condições atrativas para a instalação de empresas no concelho, nomeadamente o Parque Industrial de Porto de Mós, Mira de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aire e Juncal; criar um departamento de apoio à internacionalização de empresas e estabelecer um diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Economia; promover a instalação de uma zona de uma área de localização empresarial na Mendiga, adaptada às necessidades daquela zona; lançar a iniciativa Porto de Mós capital mundial da calçada ou em alternativa capital nacional da pedra, o que daria visibilidade a essa indústria extrativa, valorizando-a; apoiar o comércio tradicional; apoiar a atividade pecuária e agrícola no concelho.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Disse que ouviu com atenção a apresentação feita por Júlio Vieira, e que os números que este referiu derivam fundamentalmente dos censos, dizendo ainda discordar de algumas considerações que foram feitas, não se podendo traçar de uma forma determinista um cenário com base apenas nestes números. Comparar a realidade de hoje com a de há dez anos atrás deixa-nos numa situação enganosa, porque se formos a ver, nestes últimos dez anos o concelho foi dotado de infraestruturas que não tinha, tem valências para investimento que não existiam, e também aí é preciso apelar aos números. Se se disser que é necessário um plano estratégico para o concelho, disse que subscreve, mas se se disser que esse plano cabe unicamente ao município, discorda. Disse depois que não acredita que os poderes públicos possam fazer melhor do que a iniciativa privada. O que falta efetivamente em Porto de Mós é uma dinâmica totalmente diferente em sede de iniciativa privada, das associações que estão ligadas às atividades económicas, e essa não existe. Disse depois que se trata de uma questão de mentalidade que tem de ser mudada com iniciativas de várias ordens e que a economia de Porto de Mós se baseava em vetores que caíram pela base e hoje o paradigma mudou. Porto de Mós está inserido geograficamente, numa área em que poderá beneficiar essencialmente de boa prestação de serviços, da valorização do seu turismo ambiental e cultural. Terminou dizendo que não acredita que o desenvolvimento se faça por uma recuperação daquilo que eram os setores tradicionais e que terá de se fazer por um paradigma completamente diferente, não sendo os poderes públicos que têm a principal responsabilidade nesta matéria.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começou por dizer que o que se pretende com a abordagem deste tema é alertar para uma situação que é preocupante para todos e não para cobrar nada a ninguém. Disse depois que queria aqui lançar um repto que é convidar todos os presentes a pensar em soluções e ideias novas e alternativas para o concelho. Disse que é urgente recrutar investimento e instalar indústrias e empresas que criem postos de trabalho de forma significativa. Sabe-se que a situação económica da Câmara é boa, razão para se pensar em desenvolver novos projetos, novas ideias. Pensar mais como projetar e desenvolver o concelho. Ser mais ousado, mais atrevido nas ações. Ir à procura de novos investimentos para o concelho, criar e oferecer condições, aguçar o apetite ao empresário.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este é o seu propósito. Preocupar-se mais com os portomosenses, tanto os desempregados que necessitam de emprego, como os recém-licenciados que pretendem ingressar no mercado de trabalho sem que tenham que abandonar a sua terra e o seu país. Não se pode culpar só o Estado que tem a obrigação de resolver todos os problemas sociais e de criação de emprego. Deve-se ser mais proactivo e parceiros nestas decisões. O objetivo de trazer este assunto à discussão é o de despertar de consciências enquanto responsáveis autárquicos.

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Começou por dizer que queria dar os parabéns a Júlio Vieira pela preocupação que tem nas questões da economia do concelho de Porto de Mós. Disse ainda que percebe as comparações que fez, mas que não podia misturar alguns concelhos que citou, com o concelho de Porto de Mós. Geograficamente o concelho de Porto de Mós não pertence à mesma NUT do concelho de Pombal, por exemplo, estando a comparar-se o que não é comparável. Disse depois que Mário Cruz lhe tirou as palavras da boca quando disse que temos que mudar de paradigma. O fundamental para a mudança de paradigma é o plano estratégico que tem de fundamentar as questões económicas na cultura e na ciência que são as duas vertentes fundamentais para o desenvolvimento de qualquer concelho. Deu depois os parabéns à bancada do PSD por ter lançado um repto importante.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Manifestou a sua satisfação por esta Assembleia estar a proporcionar uma discussão donde nascem várias ideias, que era o que se pretendia aquando do agendamento deste ponto na ordem de trabalhos.

-----No que refere aos números, disse que cada um os lê da forma que quiser, e que Júlio Vieira usou estes números para ilustrar a situação sendo que o que se pretende é saber o que é que se pode sugerir de forma a alterar este estado de coisas.

-----Continuou depois dizendo que temos uma zona industrial das mais bem localizadas do país, com excelentes vias de acesso questionando o que é que a Câmara pode fazer para divulgar isso.

-----No que toca a agricultura disse que este é um sector que pode e deve ser revitalizado e que a Câmara pode ter uma palavra a dizer nesse assunto apoiando os agricultores e ajudando-os a procurar candidaturas.

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, teceu algumas considerações sobre o assunto em apreço.

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que um dos principais problemas tem a ver com falta de confiança,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundamentalmente na justiça, pois quando se vende qualquer coisa, só paga quem quer, não existindo meios que obriguem alguém a pagar. A carga fiscal é outro dos fatores que leva a que as empresas sejam muito oneradas.

-----Disse ainda que para haver investimento é necessário que haja investidores e que o problema da fixação das empresas tem a ver principalmente com a proximidade de matérias primas ou fontes de energia ou ainda com a proximidade de mão de obra especializada e com o mercado, sendo estas as condicionantes em termos de teoria económica de fixação das indústrias.

-----O senhor Presidente da Câmara interveio, começando por dizer que a intervenção do senhor Júlio Vieira o defraudou completamente porque estava à espera de uma intervenção de fundo com alguma sustentabilidade e convincente, não tendo sido nem uma coisa nem outra. Limitou-se a despejar aqui dados estatísticos, interpretados como mais lhe deu jeito, tendo comparado coisas que são incomparáveis. Foi aqui dito uma coisa com a qual não concorda e que é um atestado de menoridade às empresas e empresários que ficam para o lado da EN 1 – pois foi dito que para o lado da EN1, existe o J. Coelho e pouco mais, passando a elencar algumas das empresas ali existentes. Referiu depois o grande contributo que o concelho tem dado para a região em termos de exportação, conforme vinha hoje publicado no Jornal de Leiria. Passou depois a exibir a revista Invest, onde se publica o nome das primeiras vinte e cinco empresas da região, sendo que destas, quatro são de Porto de Mós. Quanto a desempenho económico, Porto de Mós tem três em quinze.

-----No que se refere a Parques Industriais, disse que Porto de Mós demorou vinte anos a fazer a primeira fase. Oito anos depois existe uma segunda fase, uma terceira fase, um acesso privilegiado à EN1. Quanto ao Parque Industrial de Mira de Aire, referiu também os melhoramentos que ali têm vindo a ser feitos de forma a fomentar atratividade dos empresários por aquele local. No que se refere a acessibilidades, Porto de Mós neste momento tem o principal eixo rodoviário do País. Referiu-se depois à incubadora de empresas que Júlio Vieira referiu, dizendo que o município de Porto de Mós foi um dos fundadores daquela.

-----Passou depois a referir-se à situação económica do município, referindo que por força do Fundo de Apoio Municipal, Porto de Mós, vai ter que contribuir com cerca de 200 mil euros para que os municípios endividados paguem aos seus fornecedores, dinheiro esse que deveria ficar no concelho.

-----Disse ainda que no domínio da agricultura, Porto de Mós e Batalha foram dos municípios que mais beneficiaram do programa PRODER.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice Presidente comentando o facto de Júlio Vieira ter dito que as contas da Câmara eram tão boas agora, como eram no passado, e salientando que os números de outrora foram aqui tratados e que quer em termos de valores quer em termos de transparência deixavam muito a desejar.-----

-----Disse depois que crescimento económico e desenvolvimento económico são conceitos diferentes, sendo que o que o senhor Júlio Vieira apresentou foi um problema de crescimento e não de desenvolvimento económico. Pode haver desenvolvimento económico sem haver crescimento que foi o que aconteceu nestes últimos anos, havendo hoje mais estabelecimentos de ensino, mais estradas, mais segurança, mais oferta de implantação de empresas.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Pedi a palavra para responder, dizendo ao senhor Presidente da Câmara que não iria entrar no seu tom nem usar da sua agressividade. Ao senhor Vice Presidente disse que o que o ex-primeiro ministro José Sócrates correu o mundo em busca de investimento para as empresas portuguesas e que é isso que as autarquias devem fazer também, porque o investimento hoje disputa-se mas é preciso criarem-se as condições para o disputar. Disse depois que as propostas que apresentou aqui para discussão são as que constam do programa eleitoral do PS, de 2005 e de 2009, e que não foram cumpridas.-----

-----Disse depois que a sua bancada gostava que fosse aprovado em Porto de Mós um plano estratégico em estreita articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, o IPL e outras entidades privadas e públicas. Disse ainda que é preciso um Centro de Negócios em Porto de Mós, com polos em Mira de Aire, no Juncal e na Mendiga, em estreita colaboração com os agentes económicos. É preciso que se promova um ambiente empresarial facilitador apostando numa incubadora de empresas e na criação de um gabinete de apoio ao empreendedorismo e investimento para fixar pessoas qualificadas e afirmar o concelho.-----

-----**3. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que esta situação é apenas para conhecimento e tem a ver com a delegação de competências feita pela Assembleia à Câmara – compromissos plurianuais assumidos desde 14.11.2013 que constam da lista que foi fornecida antecipadamente a todos os membros da Assembleia Municipal e não estando sujeita a votação.-----

-----**4. Autorização para a celebração de Acordos de Execução (Delegação Legal de Competências) nas Juntas de Freguesias, de acordo com a alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

75/2013, de 12 de setembro:-----

-----Usando da palavra, o senhor Vice-Presidente passou a dizer que este pedido de autorização decorre da Lei 75/2013, de 12 de setembro. O processo negocial com as juntas de freguesia desenrolou-se na primeira semana de março, tendo havido sempre por parte do executivo uma atitude flexível para chegar a acordo e os presidentes de junta sempre com uma atitude colaborante.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a lei no seu artigo 112º diz que algumas das funções desta delegação é a coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a racionalização dos recursos disponíveis. Diz ainda a lei que para esta delegação de competências tem de se prever os recursos humanos, patrimoniais, financeiros suficientes, sendo que esta delegação de competências não deve aumentar a despesa pública global. Perante isto, disse que teve a preocupação de ir colher o valor do orçamento de cada uma das freguesias do concelho, sendo que no conjunto das dez freguesias o valor se cifra em dois milhões e setenta e um mil euros. Passou depois a referir-se às disparidades existentes entre os orçamentos de cada uma das freguesias. Assim, deixou a sugestão de, através desta delegação de competências nivelar de forma positiva as freguesias minimizando as diferenças entre elas.-----

-----Fez ainda referencia ao facto de as freguesias não terem pessoal para poderem concretizar as competências que lhe vão ser delegadas, perguntando se a Câmara vai poder dispensar esse pessoal.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que é estoico para as autarquias trabalharem com esta lei. Disse depois que queria pedir alguns esclarecimentos ao executivo, dizendo não saber se esta minuta dos acordos de execução é a definitiva, pois existem ali algumas coisas que lhe causam perplexidade do ponto de vista jurídico. Disse depois que os acordos de execução devem prever expressamente o quadro financeiro e na minuta está feita por mera referencia, não lhe parecendo que possa ser feito desta forma. Uma outra coisa que lhe parece duvidosa é o facto de na clausula seis se dizer que o acordo se rege subsidiariamente pela Lei 75/2013, pelo Código dos Contratos Públicos e pelo Decreto Lei 18/2009. Aqui, disse, se bem entendeu a lei, esta aplicação subsidiária acontece na formação dos acordos de execução e não na execução propriamente dita. Disse ainda que lhe parece que a lei não permite o efeito distributivo de que falou António Pires.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a usar da palavra para esclarecer alguns pontos,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente no que se refere ao nivelamento proposto por António Pires. Em sede destes acordos não pode haver esse tipo de compensações ou de ajustamentos. A lei define em vários pontos, a necessidade de estabelecer estudos económicos aplicando critérios de igualdade para todas as juntas. Concluiu dizendo que as negociações com as juntas já terminaram e que o que está em causa é a autorização da Assembleia Municipal para que a Câmara possa assinar esses acordos. -----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - JFAS):** pediu a palavra para dizer que enviou um e-mail ao senhor Vice-Presidente há três semanas com as ultimas reivindicações, não tendo obtido resposta.-----

-----O senhor Vice Presidente disse que não respondeu ao e-mail, mas que respondeu com documentos que respondem ao e-mail. Terminadas as negociações, disse que foram enviados a todas as juntas de freguesia todos os anexos na sua forma final. Disse ainda que do e-mail constam em três exigências, e que o grupo de trabalho resolveu atender a duas delas, estando refletidas no mapa que lhe foi enviado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Autorização para a celebração de Acordos de Execução (Delegação Legal de Competências) nas Juntas de Freguesias, de acordo com a alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado unanimidade**.-----

-----**5. Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Juncal para gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - JFAS):** -----

-----Usando da palavra colocou duas questões: se já existia algum contrato ou protocolo de manutenção entre a Junta de Freguesia e a Câmara nos anos anteriores e de que valor era o mesmo. Perguntou ainda qual a abertura da Câmara à realização destes contratos interadministrativos a outras freguesias de forma a elas também poderem manter esses equipamentos.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a explicar que quando começaram as negociações dos acordos de execução as Juntas de Freguesia foram informadas de que os contratos interadministrativos por deliberação do executivo, era matéria que iria ser eventualmente

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equacionada depois de terminar o processo negocial dos acordos de execução. Nos contratos interadministrativos, pode lá caber o que as partes entenderem. Este contrato decorre de um acordo existente com a junta de freguesia que recebia uma verba a fim de fazer face ao pagamento do vencimento de um funcionário. O protocolo existente foi revogado por força do ato eleitoral, sendo essa a razão de ser deste contrato de forma a repor a situação. Respondendo a Filipe Batista referiu ser possível desde que a Junta de Freguesia e a Câmara assim o queiram e haja condições para isso, necessidades e recursos financeiros. -----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras - Independentes por Pedreiras):**-----

-----Disse que se está aqui a aprovar uma situação única, perguntando se se realizar um outro contrato interadministrativo com outra Junta de Freguesia se terá que vir aqui novamente para ser autorizado.-----

-----O senhor Vice Presidente respondeu que assim seria.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Juncal para gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado unanimidade**.-----

-----**6. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Solicitou esclarecimentos referentes ao processo judicial com o BES em que se pedia o pagamento de quantia certa no valor de € 33 750.00, referente aos juros de mora vencidos entre 12 de setembro de 2011 e 24 de maio de 2013, referentes a garantia bancária, tendo chegado a acordo nos termos do qual o BES pagou ao Município de Porto de Mós a quantia de € 16 875.00, perguntando por que razão se perdoou ao banco metade da dívida.-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu que depois de analisado o processo pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equipa de advogados da Câmara se concluiu que dificilmente se iria receber mais e que para isso o processo teria de transitar para tribunal o que significaria que as despesas inerentes não compensariam o que se pudesse receber a mais.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: **1. Provedor Municipal; 2. Autorização para a celebração de Acordos de Execução (Delegação Legal de Competências) nas Juntas de Freguesias, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; 3. Autorização para a celebração do contrato interadministrativos de delegação de competências na Junta de Freguesia do Juncal para gestão, manutenção e utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal, de acordo com a alínea K) do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.30 horas do dia 21 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_